

Um negócio que rende milhões

TIAGO PETRIK

Por mais que afirmem o contrário, os empresários Mansur José Mansur e Eduardo Spínola, donos da Clínica Santa Genevêva, sabem que reter o doente terminal no leito é um bom negócio. Os dois exploram não apenas o setor geriátrico, mas também o psiquiátrico, no Rio de Janeiro. A coincidência entre as duas especialidades é que não há um tratamento médico exatamente eficaz, e os lucros vêm dos longos prazos de internação, financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) — o que não significa, em nenhum dos casos, a cura.

Segundo o secretário municipal de Saúde, Ronaldo Gazola, a área psiquiátrica era a que mais recebia verbas do SUS na cidade há até bem pouco tempo. “Desde agosto, quando o SUS passou a ser gerenciado pelo município, fizemos uma série de vistorias e constatamos irregularidades. O montante de recursos destinados à saúde mental diminuiu consideravelmente, e a área deixou de ser a mais bem paga para o 3º ou 4º lugar”, afirma Gazola.

No dia 24 de outubro do ano passado, a coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde fez um censo em todas as 20 clínicas psiquiátricas da cidade — 12 das quais, particulares. Fez-se um raio-X da situação dos pacientes: que tipo de tratamento vêm recebendo, há quanto tempo estão internados e os vínculos sociais dos doentes. Constatou-se que cerca de 40% dos 3.474 doentes mentais cariocas estão internados por alcoolismo. Nesses casos, considera-se como prazo máximo de internação 10 dias. Porém, as clínicas fazem o paciente permanecer, em média, 120 dias — ou seja, 12 vezes a mais que o necessário.

Nesses quatro meses de internação, o tratamento custa aos cofres federais R\$ 2.720 por paciente — cada doente custa ao SUS R\$ 680 por mês. Se permanecessem por 10 dias, como é recomendável, o lucro dos donos de clínicas cairia para R\$ 226. Em todo o universo de pacientes psiquiátricos, o gasto seria de R\$ 314.049, se o prazo fosse obedecido. Com o habitual prolongamento da permanência, o governo paga às clínicas R\$ 3.779.712, no prazo de quatro meses, e apenas com os pacientes alcoolistas.

Mansur José Mansur e Eduardo Spínola lideram um poderoso lobby no Congresso Federal. Há sete anos, tramita em Brasília um projeto de lei de autoria do deputado Paulo Delgado (PT-SP) que prevê a extinção gradual dos manicômios no país. “Os empresários brasileiros julgam a teta do estado como sendo um bem adquirido”, diz Hugo Fagundes, para explicar porque o projeto nunca é aprovado.

No estado do Rio de Janeiro, a situação é a mesma, segundo a deputada estadual Lúcia Souto (PPS), autora de um projeto semelhante ao do deputado paulista. “A bancada dos lobistas é muito forte”, conta. Eduardo Spínola, candidato a vereador pelo PTB, é diretor da Associação Brasileira de Hospitais, que lidera os lobbies federal e estadual, e dono também da clínica psiquiátrica Humaitá, em Jacarepaguá — a maior do setor no Rio.

O faturamento da clínica Humaitá, segundo um funcionário do Ministério da Saúde, é de R\$ 367.200 por mês. São 540 pacientes ao custo de R\$ 680 mensais. De lucro líquido, o total bate os R\$ 200 mil, segundo a mesma pessoa, pois os gastos praticamente limitam-se à alimentação. O lucro total — que Spínola afirma ser pouco — seria, portanto de quase R\$ 2,5 milhões por ano.

Além disso, a Humaitá seria a única clínica psiquiátrica do Rio beneficiada pelo código 7 — dispositivo na lei que garante o pagamento dos profissionais médicos diretamente pelo SUS. Isto é, os salários dos médicos não são pagos por Spínola, uma economia a mais.